

## ***HISTÓRIA DA FONOAUDIOLOGIA NO BRASIL***

*Isis Meira*

Foi neste século que o trabalho com a patologia da voz, fala, linguagem e audição teve seu impulso. Em diversas partes do mundo surgiram trabalhos e profissionais interessados em conhecer os mistérios de uma área até então desconhecida. Já em 1923, especialistas da Alemanha, Estados Unidos, Áustria, Tchecoeslováquia e Austrália se reuniram em uma sociedade internacional, a Associação Internacional de Logopedia e Foniatria (I.A.L.P.)

Os movimentos científicos de pós-guerra atingiram esta área e tanto na Europa como nos Estados Unidos apareceram publicações importantes que até hoje norteiam nossos trabalhos.

Surgiram especialistas nas diversas áreas da patologia da voz, fala, linguagem e audição. Seu crescimento acompanhou o crescimento da medicina, da psicologia e da educação, suas áreas afins.

Não havia, inicialmente, cursos que formassem profissionais fonoaudiólogos. Eram os médicos, os enfermeiros, os educadores e, posteriormente, os psicólogos que assumiram esta área. Na década de 1930 surgiram, nos Estados Unidos, os cursos de graduação de nível superior e, mais tarde, os cursos de pós-graduação de

mestrado e doutorado. Em 1968 já haviam 271 cursos, sendo 82 de graduação, 134 de mestrado e 55 de doutorado.

A expansão da fonoaudiologia atingiu a América do Sul na década de 1950. Na Argentina, o dr. Julio Bernaldo Quirós tomou a frente do movimento e criou na Escuela Superior de Fonoaudiologia da Universidad Del Museo Social Argentino um curso de foniatria (especialidade médica) e um de “logopedia” para formar profissionais de nível superior, aptos para trabalhar em avaliação, diagnóstico e terapia com as patologias da voz, da fala, da linguagem e da audição. Eram os “logopedistas”.

Nesta época, já havia divergência com relação ao nome atribuído à área em questão e aos profissionais que nela trabalhavam. “Fonoaudiologia”, “logopedia”, “terapia da palavra” eram os nomes usados na época.

O Brasil abriu suas portas à fonoaudiologia, em primeiro lugar, com a vinda do dr. Julio Bernaldo Quirós ao Brasil e de sua assistente Rosa Vispo e, depois, com a iniciativa de dois médicos brasileiros que foram à Argentina para se especializar em “foniatria”: dr. Américo Morgante e dr. Mauro Spinelli. Na volta ao Brasil, eles trabalharam em suas respectivas universidades de origem – USP e PUC-SP, nos cursos de graduação em “logopedia”, para formar terapeutas que trabalhassem com indivíduos portadores de problemas de voz, fala, linguagem e audição. Isto aconteceu em 1960 na USP e 1961 na PUC-SP. Eram cursos com um ano de duração, inicialmente.

Na PUC, devemos este curso principalmente ao dr. Enzo Azzi, diretor do Instituto de Psicologia e à psicóloga dra. Ana Maria Poppovic, diretora da Clínica de Psicologia da PUC. O curso de Fonoaudiologia pertencia à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento e estava ligado ao Instituto de Psicologia e à Clínica Psicológica.

Posteriormente, foi criado o curso de “Fonoaudiologia” da Universidade Federal de Santa Maria – RS, sob a direção do dr. Rafael Seligman. Em 1967, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ) deu início a seu curso. Em 1968, foi a vez da Escola Paulista de Medicina abrir seu curso sob a direção do dr. Raymundo Manno Vieira e, em 1971, a PUC de Campinas também abriu seu curso sob a direção do dr. Mauro Spinelli. Em 1972, foi o Instituto Henry Dunant do Rio

de Janeiro que deu início ao seu curso de Fonoaudiologia. Estes foram os primeiros cursos.

Paralelamente, em alguns lugares do mundo a profissão se estruturava. As publicações e o próprio trabalho clínico eram os principais meios de divulgação. Os problemas de voz, fala, linguagem e audição, que antes simplesmente “o tempo curava” ou eram tratados por médicos, enfermeiros, professores, professores de teatro ou outros profissionais que se julgassem habilitados, passaram a ser tratados por profissionais especializados. Gradativamente foi se tornando conhecido que uma voz habitualmente “rouca” podia ser tratada e normalizada, que uma criança poderia ter sua linguagem bem desenvolvida se fosse estimulada adequadamente, que um afásico não precisaria ficar à margem da vida porque não entendia ou expressava linguagem. Já havia tratamento especializado nesta área.

Na medida em que cresceu o número de profissionais formaram-se os órgãos de classe. Nos Estados Unidos formou-se a American Speech and Hearing Association (ASHA), que recentemente passou a se chamar American Speech, Hearing and Language Association, tendo a sigla continuado a ser ASHA. Este é um órgão de classe forte, que congrega um grande número de profissionais, cuja maioria tem pelo menos mestrado, já que em grande parte dos Estados americanos a legislação só permite que o profissional trabalhe após ter concluído este nível.

Ainda na década de 1960, foi elaborado nos Estados Unidos um código de ética que deve ser conhecido e cumprido por todos os profissionais. Este código é periodicamente revisto e publicado pela revista editada pela ASHA.

No Brasil, o primeiro órgão de classe foi a Associação Brasileira de Fonoaudiologia, A.B.F., com sede em São Paulo, fundada em 1962. Sua primeira presidente foi a fonoaudióloga Maria Cerqueira. A A.B.F., posteriormente, foi desmembrada em seções regionais.

O caminho da fonoaudiologia no Brasil seguiu principalmente o modelo americano. Na PUC-SP, o curso começou modesto, com um ano de duração. Em 1964, o curso passou a ter dois anos de duração; em 1967, três anos, e, em 1971, quatro anos de duração. O vestibular, que antes era separado dos outros cursos, passou a ser unificado. Começamos então a adquirir o *status* de curso superior.

Foi um caminho longo e árduo. “Grandes brigas” por causa deste famoso *status* de nível superior. Participamos de todas elas.

Havia grande interesse do Conselho Federal de Educação e do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) em regulamentar o curso de Fonoaudiologia como um curso superior, mas de curta duração. Se assim fosse, o fonoaudiólogo não seria um profissional autônomo, mas um tecnólogo, isto é, um profissional subordinado a outro profissional de nível superior de longa duração. No nosso caso, este profissional seria o médico. Este seria o profissional responsável por nosso trabalho. Nós só poderíamos fazer o que ele mandasse e ele assinaria todos os nossos relatórios. Nós teríamos o mesmo *status* do tecnólogo em “tanantes e cortumes”. Teríamos curso de mesmo nível.

Isto os fonoaudiólogos não aceitavam. Foram necessárias várias conversas e várias “discussões”, principalmente porque o conselheiro responsável pelo parecer sobre o curso de Fonoaudiologia era o médico otorrino, dr. José Milano, do Rio Grande do Sul, que inicialmente achava muito natural e lógico que o médico orientasse o fonoaudiólogo em seu trabalho.

Por sorte, o DAU do MEC patrocinou várias reuniões com coordenadores de todos os cursos de fonoaudiologia no Brasil. Participaram dessas reuniões o dr. Raimundo Manno Vieira, da Escola Paulista de Medicina, o dr. Raphael Seligman, da Universidade Federal de Santa Maria, o dr. Evaldo Rodrigues, da PUC de Campinas, o dr. Antero Coelho Neto, da Unifor, todos médicos, e as fonoaudiólogas Maria Isis Marinho Meira e Regina Freire, da PUC-SP. Em agosto de 1975, os coordenadores, Jeane Rabaneda Lopes Smid, do curso de Fonoaudiologia da Faculdade de Medicina da USP, Evaldo Rodrigues, do curso de Fonoaudiologia da PUC-Campinas, Suely Cardoso, Silva Hinds e Marialva Feijó Frazão, do curso de terapia da palavra do Instituto Cultural Henry Dunant do Rio de Janeiro, Maria Helena Pimenta Soares, do curso de logopedia do Instituto Brasileiro de Otorrinolaringologia e eu, Maria Isis Marinho Meira, do curso de Fonoaudiologia da PUC-SP, assinamos um documento solicitando que o curso de Fonoaudiologia tivesse o *status* de curso superior de longa duração.

Tivemos até entrevista marcada com o Ministro da Educação para tratar deste assunto. Pela PUC-SP compareceram Isis Meira e Beatriz Scavazza.

As exigências do Conselho Federal de Educação eram grandes. Primeiro tivemos de enviar um plano de curso para ser analisado e aprovado. Fizemos o Perfil do profissional fonoaudiólogo e fizemos até um projeto de Lei para ser apresentado no Senado. O grupo que participou deste trabalho foi formado pelas fonoaudiólogas Clélia Bolaffi, Maria Cecília Bevilacqua, Angela Sprenger, Altair Cadrobbi Pupo, Regina Freire, Beatriz Scavazza e eu, Isis Meira. Tivemos de ir várias vezes a Brasília e ter várias conversas para convencer os conselheiros de que o fonoaudiólogo poderia ser um profissional autônomo, independente do médico em seu trabalho. O dr. José Milano, conselheiro responsável pela aprovação dos cursos de fonoaudiologia, teimava em exigir que o fonoaudiólogo deveria ter formação paramédica e só poderia atuar com a supervisão do médico. Foi uma “batalha” que ganhamos.

1975 e 1976 foram os anos em que se lutou pela aprovação do plano de curso de fonoaudiologia e aprovação do currículo mínimo para os cursos de fonoaudiologia. O primeiro curso aprovado foi o de Santa Maria, Rio Grande do Sul; depois foi aprovado o curso de Fonoaudiologia da PUC de Campinas, e logo em seguida, o da PUC-SP (4 de novembro de 1975). Em seguida, foi aprovado o curso de Fonoaudiologia da Escola Paulista de Medicina.

O primeiro currículo mínimo do curso de fonoaudiologia foi aprovado em 8 de setembro de 1976.

Paralelamente, tentávamos a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo. No início o trabalho maior era mostrar aos deputados e senadores o que era fonoaudiologia (termo e área completamente desconhecidos na época). O primeiro projeto de Lei foi devolvido para que os fonoaudiólogos chegassem a um acordo com relação ao termo usado para designar a área e a profissão: logopedia e logopedistas, terapia da palavra e terapeutas da palavra (preferência do Rio de Janeiro) ou fonoaudiologia e fonoaudiólogo (preferência de São Paulo).

Em 1981, depois de vários projetos de Lei do deputado Otacílio de Almeida, de São Paulo, do deputado Genival Tourinho, do Rio de Janeiro, e do então senador Franco Montoro, de São Paulo, conseguimos a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo, na lei 6.965 de 9/12/81.

## *Comunicações*

Com profissionais bem formados foi possível o incentivo ao trabalho científico. Os congressos começaram em 1978, com a iniciativa do dr. Antero Coelho Neto, da Unipor. Este foi o I Congresso de Profissionais Afins da Medicina, em Fortaleza, do qual a fonoaudiologia participou. O nome não agradou muito aos fonoaudiólogos. Em 1979, tivemos o I Congresso de Profissionais da Área da Saúde, em Campinas. Em 1983, tivemos o I Congresso Internacional dos Profissionais em Fonoaudiologia, no Rio de Janeiro.

Os trabalhos científicos foram surgindo e se multiplicando. Começou a se tornar possível a indicação de uma bibliografia em português, já que antes só tínhamos livros em espanhol, inglês e francês. O primeiro livro foi do fonoaudiólogo Antônio Amorim. Em seguida, fonoaudiólogas como Regina Jakubovicz, Solange Issler, Regina Freire, Leslie Piccolotto e eu, Isis Meira, e os médicos Mauro Spinelli e Alfredo Tabith, publicamos os primeiros livros da área no Brasil.

Esta é minha visão das primeiras décadas da história da fonoaudiologia no Brasil, apresentada de forma sintética. Fazemos parte desta história e muitos destes fatos têm destaque na história de nossas vidas.

Muitas pessoas que não foram citadas participaram também deste caminho. Elas contribuíram para o engrandecimento da fonoaudiologia e para a divulgação do nosso trabalho no Brasil e no exterior. O caminho continua. Começamos na década de 1980 uma fase de maturidade, importante para nossas vidas profissionais e para nossa história.

Trilhamos este caminho agora acompanhados por um grande número de profissionais que contribuem para que este seja um caminho de sucesso.

*Recebido em abr/96; aprovado em maio/96*